

COM A PALAVRA



Felipe Müller

Aos 40 anos de idade, Felipe Martins Müller, vice-reitor da UFSM, é um dos mais jovens a ocupar o cargo. Mas, tudo parece ter acontecido bastante cedo para este professor da área de Computação e eletrônica que, com menos de 30 anos, já era doutor e, aprovado em concurso público para a vaga de professor Titular na Instituição. Ex-dirigente da SEDUFSM na gestão de 1996 a 1998, Felipe Müller quase chegou a ser candidato a reitor em 1997. Entretanto, diz ele, "ninguém é candidato de si mesmo", seria preciso ter um grupo amplo, o que, segundo suas palavras, não existia naquele momento. Porém, logo adiante, surgiu a oportunidade e ele embarcou na condição de vice-diretor do Centro de Tecnologia, numa chapa encabeçada pela professora Nilza Zampieri. Daí então, os passos seguintes já são conhecidos: diretor do Centro de Tecnologia e, finalmente, candidato a vice-reitor na chapa do professor Clovis Lima.

Com menos de um ano de Administração, o atual grupo dirigente já tem deixado marcas. Uma das mudanças, segundo Müller, são os critérios para a divisão dos recursos próprios. Mesmo sem atacar diretamente a gestão do professor Paulo Sarkis, o atual vice diz que na Administração anterior esses recursos eram controlados no gabinete do reitor, onde se tinham critérios próprios para essa liberação. Agora, segundo Müller, os critérios para a divisão dos recursos levam em conta o IDR (Índice de Distribuição de Recursos), já usado pelo Ministério da Educação para repartir os recursos entre as universidades federais. Mudanças também estão acontecendo na FATEC (Fundação de Apoio da UFSM). Segundo o vice-reitor, a entidade está passando mais seguidamente por auditorias internas, cujo objetivo é adequar a fundação aos objetivos da própria UFSM no que se refere à elaboração dos projetos. Mas, novas mudanças devem acontecer. A atual Reitoria, a partir do vâcuo que deverá ser criado com a Reforma Universitária, quer reestruturar a UFSM. Conforme Felipe Müller, uma comissão nomeada pela Administração deverá formular um documento inicial com sugestões de mudanças estatutárias e regimentais. A partir disso, as entidades representativas das categorias e as estruturas internas da UFSM receberão cópia do documento para que se abra uma grande discussão na universidade sobre o que mudar. Acompanhe a seguir alguns trechos da entrevista do vice-reitor da UFSM, Felipe Müller. Devido ao espaço, a entrevista foi reduzida. A íntegra pode ser encontrada na página eletrônica da SEDUFSM: www.seduufsm.com.br

Ele defende uma UFSM reestruturada

PERGUNTAS & RESPOSTAS

P- Qual o entendimento sobre o papel da Administração da universidade? Ela atende aos interesses internos, aos interesses do governo, como é que fica nesse processo? A questão da expansão do ensino federal, por exemplo, qual a sua avaliação? No Congresso do ANDES de 2006, em Cuiabá, houve críticas duras à questão da expansão. Por outro lado, o governo vem implementando essa expansão como é o caso, por exemplo, da Unipampa, da Cesnors. E a UFSM e a UFPel são os elementos para implementar isso, mesmo que muitas vezes de forma açodada. Então, como se posiciona nesse tema?

R- Nós temos que administrar uma instituição que abrange todas as questões e todos os professores sindicalizados ou não e somos um representante do Ministério da Educação aqui em Santa Maria. Então, nós temos que administrar para todos. A primeira coisa que a gente fez quando assumiu e quando o Diorge assumiu como presidente do sindicato (SEDUFSM) foi ir lá e dizer 'queremos manter o diálogo franco e aberto'. Onde tiver convergência vamos trabalhar em conjunto, onde tiver divergência vamos trabalhar também em conjunto para fazer com que essas divergências não sejam divergências que nos levem a problemas pessoais ou problemas estruturais de má convivência, que já houve em outras situações. Eu acho que isso foi bem compreendido. Nós não podemos assumir todas as bandeiras do sindicato, porque temos uma série de legislações que não nos permitem isso, mas ao mesmo tempo, nós podemos trabalhar de uma forma que entendemos de uma administração muito mais transparente, muito mais aberta, com prestação de contas para a comunidade interna e externa de uma forma muito mais tranquila. Veja o exemplo das fundações, que hoje já estão sendo tratadas de uma forma bem mais clara, bem mais transparente. Os recursos próprios arrecadados da fundação já estão sendo distribuídos para as unidades da instituição em cima de um IDR (Índice de Distribuição de Recursos) que cada Centro tem. A definição é em cima de uma matriz, da mesma forma que a Universidade Federal de Santa Maria concorre para recursos em nível federal em cima de uma matriz de distribuição de recursos, internamente a gente faz uma divisão em cima dos mesmos critérios da matriz nacional para os nove Centros internos e, cada um tem um percentual dentro dos 100% do orçamento que vai para os Centros e isso contempla número de professores, número de alunos graduados, área física, produção científica e intelectual, produção de extensão, quer dizer, todos os itens que compõem uma matriz de distribuição orçamentária. Eles são feitos um espelho interno aqui e que dá o percentual sobre os 100% que

cada centro é contemplado.

P- Mas essa idéia foi construída exclusivamente pela Administração?

R- Essa idéia sempre foi construída em conjunto com todas as direções de Centro e a proreitoria de Planejamento, que é quem estrutura o orçamento da instituição. Já era assim, mas os recursos próprios não eram distribuídos para as unidades em cima desse IDR. Os recursos próprios ficavam no gabinete do reitor e ele que gerenciava para onde esse dinheiro iria.

P- Seria uma negociação caso a caso?

R- É, vamos levar assim (...). Em relação às expansões, a gente herdou isso porque foi um processo que a nossa extensão em Frederico Westphalen e em Palmeiras das Missões foram aprovadas em julho do ano passado no Conselho Universitário e eu fui um dos que perguntei se essa distribuição de cursos, a localização dos cursos, eram uma análise política ou técnica. O presidente do Conselho me respondeu que era uma decisão política do governo e no dia 24 de novembro do ano passado foi então assinado o acordo de cooperação técnica para a implantação da Unipampa, no qual nós ficaríamos também com cinco cidades de um total de 10 cidades. E coube a nós as cidades da fronteira-oeste. O que eu posso dizer em relação a isso? Primeiro, eu sou favorável a qualquer iniciativa de educação, desde uma pré-escola, uma escola de ensino fundamental, médio, que seja pública e gratuita. Eu acho que ela deve ser incentivada e a gente deve trabalhar em conjunto. E dentro dessa questão da escola de nível superior, o ANDES sempre foi um sindicato que pregou a expansão do ensino superior brasileiro. Todas as bandeiras do sindicato foram que, durante o governo Fernando Henrique, foi a grande explosão das universidades particulares. Foi colocado por que não se investir na universidade pública que era a que tinha melhor qualidade, que era a que fazia mais pesquisas, que é a que tem a maior qualidade ainda, vide todas as tentativas de avaliações e provas que tiveram no decorrer disso, sempre a universidade pública mesmo com escassez de recursos enorme no governo passado nunca ela deixou de manter a sua qualidade, de manter a sua regularidade e de manter a sua força. Então, quando a gente recebeu essa notícia de que iríamos implementar uma universidade pública no interior do Rio Grande do Sul, numa área que tem problemas econômicos bastante sérios, uma área de fronteira onde por muitos anos não se pôde colocar indústria em cima de um regime que não deixava algumas áreas terem determinados processos produtivos, a gente entendeu que seria um desafio, mas que no futuro seria um grande ganho para região e para todo Estado. Dentro disso, nós estamos trabalhando com a perspectiva de que isso vai, no futuro, melhorar toda uma região

que estava com problemas sérios.

P- Se discute muito a questão das vagas, por que não foram vagas novas, por que foram vagas remanejadas, mas o sr. vê nessa disputa que os reitores também fazem, nessa pressão que fazem aos governos, que essas vagas podem ser recuperadas ali adiante?

R- Todas as vagas da Unipampa estão dentro de um projeto de lei que está tramitando no Congresso Nacional, inclusive, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) é relatora do projeto da Unipampa, e onde está todo quadro de vagas tanto de docentes quanto de técnicos administrativos da Unipampa está previsto, e já foi defendido junto ao Ministério do Planejamento, onde todo o plano plurianual da Unipampa até 2.015 está colocado com um orçamento novo, com despesas de pessoal novo, quadro tanto de técnicos quanto de docentes. Então, é como eu digo, se eu trabalhar com o "se", se isso acontecer, nós não fariamos nada, nunca. Estou trabalhando numa forma otimista. Estamos montando uma universidade e tudo vai correr bem no sentido de termos boas aulas, bons professores, um bom quadro, boa infraestrutura e a Universidade Federal de Santa Maria de forma nenhuma será prejudicada por estar dando este suporte para a implantação e acho que a UFSM sempre teve essa característica de interiorização do ensino. Nós tínhamos escolas técnicas e agrícolas em seis municípios do Rio Grande do Sul. Tivemos uma extensão em Roraima, que hoje se transformou na Universidade Federal de Roraima, então, a nossa Universidade tem essa característica, de ser precursora e não ter um ciúme muito grande das coisas que faz, porque hoje quase todas as escolas técnicas, ou viraram CEFETs ou são escolas federais agrotécnicas. Eu tenho essa visão, que em 2008, a Universidade Federal do Pampa vai estar concretizada, implementada, cortando o cordão umbilical da Universidade de Santa Maria e nós vamos ter mais uma parceira no Estado.

P- Em relação à criação de um grupo para discutir aspectos de modificação da estrutura interna da universidade, isso tem a ver com mudança de estatuto, normas legais. Que tipo de mudança interna está sendo pensada?

R- O regimento da universidade é um regimento que está muito ultrapassado, inclusive ele não está nem adequado à LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que foi aprovada já há bastante tempo. E, em virtude de todo esse processo que a LDB e os órgãos governamentais de avaliação vêm colocando, eles passam a ter uma centralização muito mais em cima do curso do que em cima dos departamentos. O que nós estamos propondo rever é, primeiro, adequar o estatuto e regimento da universidade a toda essa nova legislação que vem sendo colocada e, um segundo momento é, de que forma nós podemos criar uma estrutura acadêmica administrativa que dê poder ao curso, porque é onde todas as demandas são feitas. Quando se faz uma avaliação é uma avaliação no curso, quando se faz uma análise de reingresso é no curso, uma análise de evasão é no curso, ou seja, todos os índices que são colocados para universidades são feitos em cima do curso e os professores estão lotados no departamento a quem eles respondem em cima de uma chefia. Dentro desse pensamento é que a gente levou ao sindicato para ver como é que se pode pensar em conjunto uma estrutura acadêmico-administrativa que possa fazer com que a universidade crie uma estrutura de poder mais enxuta, mais dinâmica, onde o curso seja a entidade com poder, que é a atividade fim da universidade, que são os cursos de graduação e pós-graduação, e hoje eles estão extremamente dependente da estrutura departamental da universidade. Então, nós vamos ter que trabalhar

juntos, eu não posso falar em um modelo para isso. Essa é a discussão que nós temos que fazer. Esse é o desafio que a gente tem que vencer, que é criar um modelo acadêmico-administrativo onde os cursos tenham o poder da questão decisiva da instituição, pois hoje não é isso que acontece.

P- E qual é a idéia de como construir esse modelo ou essas modificações?

R- Dentro da nossa política é sempre uma questão de diálogo. Nós vamos ter que trabalhar nesse grupo. É um grupo que a gente está buscando as entidades representativas de classe, tanto do movimento estudantil, movimento sindical, de técnicos, de docentes e representantes de cada um dos Centros para que a gente possa dialogar em cima disso. Por exemplo, o ANDES tem uma estrutura, um projeto de universidade que ele vai ter que trazer para dentro do debate. Os técnico-administrativos têm uma idéia de universidade, os estudantes têm uma idéia de universidade, e, em conjunto, encontramos uma forma que isso possa mostrar que a universidade pode se reorganizar dentro das suas unidades para fazer uma idéia diferente. O Centro de Ciências Sociais e Humanas teve uma experiência de faculdade, mas pelo que a gente lê de relatos, conversa com as pessoas, a experiência foi muito mais no papel, com algumas exceções, de alguns cursos que realmente assumiram a idéia de faculdade, do que propriamente dita de fato. Ela foi muito mais uma coisa de direito, o projeto, etc, do que uma aplicação de fato.

P- E existiria espaço dentro desse projeto de reforma universitária, que está para ser votado, para esse tipo de experiência, porque na verdade não seria uma experiência, seria uma proposta mesmo de alteração de estrutura definitiva?

R- Eu vejo que todo esse processo de diálogo vai ter que passar pelo crivo da comunidade.

P- Essa discussão tem prazo para iniciar, prazo para concluir, como é que se imagina sada?

R- Nós estamos trabalhando com um comitê interno no sentido do estatuto da universidade, estatuto e regimento e estas questões aqui vão estar entrando junto disso. Nós teremos um prazo de no início do ano que vem estar colocando essa proposta que ouviu essas entidades, que fez esse grupo maior para que ela possa então passar para comunidade discutir.

P- Primeiro, então, a comissão elabora algumas idéias?

R- Afunila para uma minuta, vamos dizer assim, de regimento de estatuto e aí se coloca para discussão ampla, porque como isso muda drasticamente a forma como a universidade está acostumada, se não houver uma discussão ampla é um processo que está fadado a ficar no papel e não ser aplicado de fato.

P- E aí repassa para as entidades representativas ou vai, por exemplo, para Conselho de Centro?

R- A nossa idéia é fazer grandes rodadas de discussão, então, é desde a unidade, da pequena unidade administrativa, coordenações de curso, departamentos, Conselho de Centro, entidades representativas.

P- Libera essa minuta, digamos, no geral, e aí as entidades, as unidades discutem-na?

R- Trazem sugestões e fazem uma proposta que integre isso, dentro de uma questão legal, porque existe toda uma lei por cima disso. Se faz esse processo e vai se encaminhando às entidades competentes. A questão acadêmica vai ser analisada pelo CEPE. A questão orçamentária pelo Conselho de Curadores e a questão

administrativa pelo Conselho Universitário. Tem que passar por todas essas instâncias.

P- E isso, na sua avaliação, digamos, além das adequações legais, teria algum aspecto que se vislumbra, caso seja mudado, a universidade poderia melhorar muito? Enfim, quando pensaste em fazer isso, pensaste em alguma coisa muito específica que precisaria ser melhorada?

R- Primeiro, a questão da estrutura de poder deveria estar mais concentrada nos cursos. Tendo isso, tu podes ter um engajamento em alguns órgãos decisórios, os Conselhos podem ficar menores, as decisões podem ficar mais ágeis.

P- Com estrutura de faculdades não precisaria ter Conselho de Centro?

R- Depende da estrutura que a gente optar. Poderia ter uma faculdade e ter um grande instituto, e aí se teria o diretor do instituto. A estrutura que vai ser formada pode ser uma estrutura híbrida, pode ter Centros, pode ter faculdades, pode ter institutos. Isso nós vamos ter que trabalhar. Eu tenho o olhar bastante a Universidade Federal do Pará, que fez uma reestruturação acadêmico-administrativa e ficou com um período de transição de dois anos para se adequar à nova estrutura. Então, eles prevêem faculdades, institutos, é uma estrutura que a gente está estudando e talvez seja um bom ponto de partida para que esses grupos trabalhem. Não estou dizendo que é a melhor, mas é um bom ponto de partida para iniciar uma discussão.

P- Como a Administração está avaliando a questão das Fundações de Apoio dentro das universidades? Há uma posição do ANDES-SN, em Congresso contra a forma de atuação das Fundações.

R- O que a gente está combatendo e colocando dentro das relações da fundação com a universidade é que a fundação é uma fundação de apoio. Ela é necessária, ela é interessante para o funcionamento da instituição. Muitos projetos que são aprovados na Finep, por exemplo, só são possíveis de serem executados tendo a fundação de apoio. Inclusive, a Finep agora já está passando os recursos direto para fundação. É uma forma que eles encontraram de agilizar, mas o que a gente não pode permitir são projetos que só usem o nome da instituição para buscar recursos externos. Esse é o ponto que a gente vem gradativamente organizando, as questões das relações da Fundação...

P- E tem como verificar isso?

R- Tem, porque é só tu pegares um projeto que tenha um coordenador, um gestor, mas que todo o corpo, que seriam os componentes do projeto, não tenham ligação nenhuma com a universidade. Esse é um projeto que basicamente está usando a estrutura da universidade e não está revertendo em nada para a universidade.

Eu posso ter vários projetos de prestação de serviços, de transferência de tecnologia que, se envolver alunos de graduação, alunos de pós-graduação, pesquisadores e isso gerar conhecimento e isso gerar retorno para instituição, não tem problema deles serem executados pela fundação. Agora, um projeto de prestação de serviços única e exclusivamente que basicamente seria uma empresa camuflada dentro da fundação, isso a gente tem que gradativamente combater.

P- E tem muitos casos assim?

R- Nós temos alguns casos em que a gente vem fazendo uma auditoria permanente na fundação. Eles são identificados e naturalmente são excluídos como projeto ou refeitos para entrarem na estrutura da universidade.

P- E essa auditoria é feita como? Como é que a reitoria se insere na fundação? Tudo

"Se meu nome tiver apoio, não me negarei a entrar na briga"
(Felipe Müller, sobre disputar a reitoria)

que a Fundação produz ou que é elaborado através dela passa por algum órgão central aqui?

R- Não, o que nós temos é que qualquer projeto que envolva a universidade tem que ter o aval da instituição. A Fundação, para usar o nome da universidade, por exemplo, tem que fazer um plano de aplicação de recursos, ter um projeto. Se é um projeto que vem direto do Centro ou se é um projeto que envolve mais Centros, vira um projeto institucional. Então, tem um trâmite dentro da universidade que envolve quase todas as pró-reitorias e o gabinete do reitor para dizer se a Fundação é necessária para a execução daquele projeto. Essa é a relação que existe hoje. É a outra questão é que o Conselho da Fundação é composto de todos os diretores de Centro, alguns membros da Administração Central e representantes da universidade. Na atual Administração, o professor Lima (Reitor) me indicou como representante da universidade no Conselho da Fundação. Esse Conselho da Fundação é o Conselho que dá as políticas da fundação. E, esse Conselho está decidindo que a fundação tem que passar por uma auditoria interna, uma auditoria externa e uma revisão dos seus processos administrativos. Isso resultante de uma outra auditoria interna que viu alguns problemas que seriam normais numa fundação que foi criada há 35 anos, que trabalhava até 10 anos atrás com um volume que não chegava a 500 mil reais e hoje está trabalhando com 50 a 100 milhões de reais por ano. Então, isso é um volume de recursos considerável e, esses 100 milhões de reais envolvem todos os projetos que são vinculados a entidades de fomento, que é Finep, governo do Estado, não é só recursos que vêm de empresas ou de projetos.

P- Essa auditoria que está sendo feita é uma coisa nova, isso não existia antes?

R- A Fatec passa por auditorias externas. A Fundação tem que estar sempre com as contas em dia, tem que ter uma prestação de contas que é aprovada pelo Conselho, pelo Conselho Universitário, etc, e o Tribunal de Contas da União faz auditoria basicamente duas vezes por ano. Ele vem e organiza, são a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas de União. Então, se pega alguns projetos que vão sendo avaliados. Isso é o natural que se faz. O que a gente está fazendo agora é uma auditoria interna, estamos vendo como é que estão os procedimentos da Fundação, se ela está trabalhando direito na prestação de contas para os seus coordenadores, se está trabalhando direito no pagamento de diárias, de notas, etc. Esse é o processo que está sendo feito.

P- O professor Felipe Müller já está pensando o seu futuro numa próxima gestão?

R- Eu sempre digo que no momento que a gente entra numa linha administrativa da universidade, a gente não descarta nenhum processo de assumir, agora eu acho que é muito prematuro para se falar em nomes, o professor Lima é o reitor, ele tem possibilidade de ser reconduzido no cargo, a gente tem um processo todo de gestão conjunta, está sendo absurdamente bom trabalhar com o professor Lima, porque ele tem uma capacidade de diálogo, de conciliação, uma experiência da universidade que talvez eu nunca pudesse ter sem essa convivência, então tudo isso está sendo bom. Se no momento que se apresentar uma candidatura o meu nome for o nome, eu sempre disse, no momento que a gente entra no processo, se tiver um apoio e o meu nome for o nome eu não vou me negar a entrar na briga.

P- Mas dirias que tens essa aspiração?

R- No momento que a gente entra numa atividade administrativa, entra para fazer bem feito. E, se o cargo de reitor for um ápice nesse fazer bem feito, eu poderia dizer que é uma aspiração sim.